

ARGUMENTAÇÃO E POLÊMICA NA ESCOLA: ORIENTAÇÕES CURRICULARES EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Ananias Agostinho da Silva¹

Doutor em Estudos da Linguagem (UFERSA-RN)

Gabrielly Thiciane dos Santos Andrade²

Mestre em Ensino (UFERSA-RN)

RESUMO

Este trabalho, recorte de uma dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA/UERN/IFRN), objetiva analisar criticamente as orientações curriculares de documentos oficiais sobre o ensino da argumentação e da polêmica na escola pública brasileira, com base em dois documentos orientadores do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio: a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Respaldamo-nos na concepção alargada de argumentação de Amossy (2017), que, partindo de uma articulação da Nova Retórica com a Análise do Discurso, supõe uma abordagem modular da argumentação. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, com foco descritivo e interpretativo. Consideramos que a escola, embora enfrente polêmicas de diversas origens, carece de estratégias para abordá-las. Assim, entendemos que os documentos orientadores apontam para a necessidade de aprimoramento pedagógico para lidar com as funções sociais da polêmica.

Palavras-chave: Ensino. Argumentação. Polêmica. Documentos Normativos.

RESUMEN

Este trabajo, extracto de una tesis de maestría desarrollada en el Programa de Postgrado en Docencia (UFERSA/UERN/IFRN), tiene como objetivo analizar críticamente las directrices curriculares de los documentos oficiales sobre la enseñanza de la argumentación y la polémica en las escuelas públicas brasileñas, a partir de dos documentos. Orientar la enseñanza de la lengua portuguesa en la escuela secundaria: la Base Curricular Común Nacional y la Referencia Curricular de la Escuela Secundaria Potiguar. Nos basamos en la concepción amplia de argumentación de Amossy (2017), que, a partir de una articulación de la Nueva Retórica con el Análisis del Discurso, asume un enfoque modular de la argumentación. Metodológicamente adoptamos un enfoque cualitativo, con enfoque descriptivo e interpretativo. Consideramos que la escuela, si bien enfrenta controversias de diferentes fuentes, carece de estrategias para abordarlas. Así, entendemos que los documentos rectores señalan la necesidad de una mejora pedagógica para abordar las funciones sociales de la controversia.

Palabras clave: Enseñanza. Argumentación. Controversia. Documentos Normativos.

Introdução

“Não levante a voz, melhore os seus argumentos.”

Desmond Tutu

¹ Endereço eletrônico: ananias.silva@ufersa.edu.br

² Endereço eletrônico: gabriellythiciane@gmail.com

Desmond Tutu, um dos mais conhecidos ativistas dos direitos humanos da África do Sul, instiga-nos, com a epígrafe apresentada neste início, a refletir sobre a argumentação a partir de uma perspectiva democrática, que se sobrepõe a uma abordagem autoritária. Em uma de suas mais célebres frases, aqui reportada, o Nobel da Paz de 1984 relembra o que seu pai dizia a respeito de como melhorar os argumentos para produzir uma argumentação eficaz. Para além do aspecto utilitário, essa orientação nos leva a pensar como a argumentação é necessária e exigida nas diversas situações do cotidiano, nas resoluções dos problemas sociais, mas também nas conversações mais triviais, sendo, talvez, intrínseca à própria linguagem. Do modo como sugere o ativista, de um ponto de vista psicossocial, a argumentação serve até mesmo como marca de empoderamento individual, na medida em os sujeitos demarcam os seus espaços e constituem suas identidades pela linguagem, pelos argumentos que empregam.

De fato, argumentar é uma necessidade básica para a vida em sociedade, sendo, pois, constitutivo da linguagem e dos modos de organização social. Exatamente pela inegável importância do papel que ocupa na sociedade, desde muito tempo, diferentes vertentes teóricas buscam discutir a respeito da argumentação. O ato de argumentar leva os sujeitos em interação a defender ideias, emitir opiniões, discordar e concordar com seus interlocutores, convencê-los, persuadi-los a agir de tal ou tal maneira por meio dos argumentos mobilizados. Essa abordagem mais utilitária *per se* justifica o interesse que a argumentação desponta, desde a antiguidade, na filosofia, na retórica, no direito, mas também, posteriormente, na linguística, na pragmática, nas ciências sociais, políticas, na educação etc. Por outro lado, a própria complexidade que recobre o ato de argumentar e a argumentação motivam as diversas abordagens que têm recebido.

No âmbito educacional, não é de hoje que a argumentação é considerada como um potente recurso no uso em sala de aula, pois se trata de um meio para estimular o pensamento crítico e o posicionamento emancipado dos estudantes, compreendendo, por isso, um conjunto de habilidades e competências que devem ser desenvolvidas nos alunos. Com bons argumentos, os discentes poderão desenvolver habilidade para refletir sobre o pensamento e reestruturá-lo criticamente, isto é, a partir de uma tomada consciente de posição, além de ter interesse em conquistar novos conhecimentos e viver outras experiências que lhes permitam posturas mais emancipadas. Essas questões têm sido bastante discutidas nos espaços escolares por professores e especialistas, mas também têm motivado pesquisadores cujos interesses e resultados de suas investigações impactam os processos de ensino e de aprendizagem.

As escolas brasileiras, em geral, precisam contemplar a argumentação em toda trajetória do ensino básico direta ou indiretamente, mas apresentam ênfase no ensino da argumentação nos anos finais do Ensino Fundamental e, sobretudo, no Ensino Médio, quando se ampliam as práticas de produção textual dos mais diversos gêneros do discurso. O destaque maior se dá quando, a partir do 9º ano do Ensino Fundamental, o aluno se aproxima dos exames externos escolares de ordem local e nacional, como, por exemplo, processos seletivos dos Institutos Federais (IF) e, no Ensino Médio, seletivos como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que realizam provas discursivas com gêneros prototipicamente argumentativos, o que implica buscar desenvolver, em sala de aula, a prática de argumentação nas produções de textos.

Nesse contexto, pensa-se no ensino da argumentação e, por conseguinte, da modalidade argumentativa polêmica na escola pública como estratégia que pode potencializar a formação de sujeitos emancipados, capazes de interagir por meio da linguagem e de alcançar diversos propósitos comunicativos. Com esse viés, tal prática de ensino vincula-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) determinados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho pedagógico com a modalidade polêmica apresenta uma vinculação com o ODS 4: Educação de qualidade, que tem, como missão, assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Diante dessa reflexão, o presente artigo foi elaborado como recorte de uma dissertação de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, que teve como tema central o ensino da argumentação e da polêmica na escola pública. Particularmente, esse artigo objetiva apresentar uma reflexão a respeito do atual panorama do ensino da argumentação e da polêmica na escola pública brasileira a partir do que prescrevem dois dos principais documentos norteadores do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio no Brasil. Tratam-se de um documento regulador do currículo nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e, dada a vinculação profissional dos pesquisadores ao estado do Rio Grande do Norte, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar³.

³ Este Referencial estabelece bases e diretrizes norteadoras para os currículos das unidades escolares de ensino médio da rede pública do estado do Rio Grande do Norte, tomando como base o documento orientador BNCC.

Teoricamente, orienta-se, de maneira geral, por uma concepção mais alargada de argumentação, conforme apresentada por Amossy (2008; 2017; 2018), que, partindo de uma articulação entre a Nova Retórica e a Análise do Discurso, reclama para todo discurso uma dimensão argumentativa, no sentido de que sempre provoca algum tipo de influência sobre o outro, com maior ou menor grau de intensidade. Trata-se, como se pode ver, de uma abordagem modular de argumentação, na qual é possível identificar diferentes modalidades argumentativas, entre as quais a polêmica, caracterizada pela exacerbação e pelo choque de pontos de vista opostos. Metodologicamente, a investigação cujos resultados são apresentados nesse trabalho adotou um viés qualitativo, com enfoque descritivo e interpretativista.

Finalmente, quanto à sua organização composicional, além desta introdução, o artigo segue dividido em duas seções: a teórica e a considerações. A seção teórica segue em duas etapas nas quais se discutem os fundamentos de teóricos que versam sobre a concepção e o ensino de argumentação, assim como apresenta uma reflexão analítica a respeito do que prescrevem os dois documentos norteadores do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio no Brasil aqui recortados como objeto. Por fim, uma seção de considerações finais.

A argumentação, a polêmica e a escola

O homem, ser social como é, por meio da linguagem, instaura o processo de interação com o outro e se constitui através dele, dialogicamente, considerando as suas intenções e as necessidades que têm para alcançar o outro de alguma maneira. Ao encontro dessa afirmação, Koch (2003, p. 29) postula que “(...) o uso da linguagem é essencialmente argumentativo”, de maneira que sempre “pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa.” (Koch, 2003, p. 29). Com efeito, a argumentação coloca-se como essencialmente dialógica, no sentido de que, conforme complementa Abreu (2009, p. 10), saber argumentar é “saber integrar-se ao universo do outro”.

Ainda nessa direção, Koch (1996, p. 19) sugere que, se argumentar é “orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”. Lidar com as ideologias, os valores, os pontos de vista e perspectivas do outro não é simples, nem fácil é o processo de persuasão ou de convencimento, porque os sujeitos sempre enunciam de determinados lugares, considerando as crenças, representações, enfim, a doxa do grupo social a que pertence e que estão arraigadas a

seus discursos e aos seus posicionamentos. A esse respeito, Plantin (2008, p. 64) postula que “a argumentação é uma atividade custosa, tanto do ponto de vista cognitivo como do ponto de vista interpessoal; só nos engajamos nela pressionados pela resistência do outro à opinião que estamos expondo”.

Frente a isso, assumimos uma concepção mais alargada de argumentação, conforme apresentada por Amossy (2008; 2017; 2018), que, partindo de uma articulação entre a Nova Retórica e a Análise do Discurso, se tenciona para uma vertente interacional, em uma abordagem discursiva. Em seu entendimento, não se restringindo somente aos casos de discursos cuja tentativa de persuadir o outro é explícita, presente nos textos considerados prototipicamente retórico-argumentativos, a argumentação deve ser percebida como a “tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p.130).

No quadro de uma Teoria da Argumentação nos Discursos, a autora defende que a influência dos argumentos é percebida nos textos, observando como os interlocutores interagem quando estão em busca de influenciar o auditório, ou seja, quando se observa de que maneira esses argumentos são postos no discurso, e ainda como um determinado discurso dá força aos argumentos, e vice-versa. Logo, essa perspectiva leva a considerar que todo discurso ou texto é argumentativo, uma vez que o texto é sempre uma resposta a um texto já-dito, buscando o locutor influenciar seu(s) interlocutor(es).

Esse esclarecimento é feito por Silva e Brito (2022, p. 39) ao dizerem que “assim como os discursos, também os textos são todos argumentativos em alguma medida, já que, do ponto de vista configuracional e textual-discursivo, são sempre motivados por uma orientação argumentativa”, o que nos leva a entender que a argumentatividade se dá porque “o locutor sempre imprime no texto os seus valores, a sua visão sobre o mundo e a respeito das coisas, independentemente do grau de argumentatividade do texto” (Silva; Brito, 2022, p. 39).

Pensando nisso, Amossy (2008, 2017, 2018) propõe que a argumentação, nessa abordagem alargada, não acontece sempre da mesma forma em todos os discursos e textos. Com isso, assume que a argumentação ocorre em modalidades e quadros institucionais diferentes. Desse modo, Amossy (2008) apresenta a noção de modalidades argumentativas, sugerindo que todos os textos são argumentativos e que se modulam num *continuum*, indo da coconstrução de respostas ao embate de teses contrárias. Assim, afirma que há diferentes “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a

argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

Acerca dessas trocas argumentativas, Silva, Faria e Brito (2020, p. 33) esclarecem que, “se o uso recorrente dessas estruturas constrói certas regularidades, também institui padrões particulares de regimes discursivos em quadros institucionais diferentes”. Então, os modos de argumentar são condicionados pelas interações persuasivas determinadas pelas regras de funcionamento e de interação dos gêneros do discurso. Nesse sentido, a partir dos modelos dos gêneros do discurso é que são caracterizados os parâmetros para as modalidades argumentativas.

Sobre esses parâmetros supracitados, Silva, Faria e Brito (2020), com base em Amossy (2008), elencam três e que nos serviriam para diferenciar as diversas modalidades argumentativas. Para os autores, é possível seguir “os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo da enunciação (se parceiros ou adversários), a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (se apaixonada, racional, colaborativa ou instrutiva) e a maneira como o interlocutor é concebido (ser de razão ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.)” (Silva; Faria; Brito, 2020, p. 34).

Com essas observações dos parâmetros, Amossy (2008) elenca as modalidades argumentativas: demonstrativa, pedagógica, patêmica, por co-construção, negociada e polêmica, sendo esta última caracterizada pelo choque de teses contrárias, um modo de gestão do conflito, um conjunto de intervenções antagônicas sobre uma questão social irresolúvel (Amossy, 2008, p. 234-235).

Dedicamo-nos aqui especialmente à modalidade polêmica por supormos que se trate de um fenômeno que ocorre muito frequentemente nos discursos e textos produzidos nos espaços escolares. Dessa forma, reconhecemos uma polêmica pelo seu teor de embate, no qual o choque de opiniões é evidente. Na polêmica, o desacordo não se desfaz, pois é impossível se chegar a um acordo. Amossy (2017) aponta que, por fazer parte das sociedades democráticas pluralistas, em que a liberdade de expressão é incentivada, na ocorrência de discordância, o circuito argumentativo fica tão intenso que não há possibilidade de consenso. Nesses contextos, a polêmica pode manifestar funções sociais, “precisamente em razão do que é geralmente criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão” (AMOSSY, 2017, p. 12).

A modalidade polêmica se caracteriza por apresentar essa dicotomização de teses, em que dois lados opostos, bem colocados em seus posicionamentos, se excluem, ao mesmo tempo,

sem interesse na solução ou acordo; pela desqualificação do outro, causada pela estratégia retórica de abordar o outro com descrédito; pela polarização social, que divide em grupos os sujeitos envolvidos em uma polêmica; o apelo às emoções, ou seja, a constatação de que o discurso polêmico leva o locutor a se engajar no discurso a ponto de deixar aparente suas emoções, sua subjetividade (Amossy, 2017).

A verdade é que recorremos à argumentação tanto em situações de diálogos privados, em contextos interiores, para tentar o próprio convencimento, como também em interações dirigidas a um auditório, a fim de obter sua adesão para uma tese. Além disso, conforme corrobora Leitão (2011), “a argumentação é não somente uma atividade discursiva da qual os indivíduos eventualmente participam, mas, sobretudo, uma forma básica de pensamento que permeia a vida cotidiana [...]” (Leitão, 2011, p. 14). Sempre que pensamos, também projetamos o outro e já argumentamos de alguma maneira.

Frente a isso, é imprescindível que se considerem algumas particularidades no processo de argumentação em sala de aula. Sobre isso, Leitão (2011) discorre que, diante das oportunidades de trabalho pedagógico com a argumentação, é preciso atenção e empenho do professor enquanto argumentador e que se tenha “o domínio não só dos conceitos próprios do seu campo de atuação, mas também de raciocínios (modos de pensar/argumentar) típicos do mesmo campo.” (Leitão, 2011, p. 17). Há, de fato, uma relação entre argumentação, aprendizagem e desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo. Diante disso, a escola não pode hesitar quanto ao trabalho prático com foco na argumentação.

Pensar a argumentação também é considerar a sua assunção de um caráter interativo/discursivo, porque o sujeito, além de se comunicar, formaliza e defende suas opiniões, seus pontos de vista, concorda, discorda, decide. Quanto a isso, Ribeiro (2009) assegura que, quando o homem se apodera da linguagem, na esfera discursiva em interação familiar ou comunitária, já estaria criando seus argumentos. Daí a relevância do trabalho com a argumentação na escola, sobretudo no Ensino Médio, visando o desenvolvimento tanto de habilidades argumentativas, como também o aprimoramento de argumentos nos circuitos comunicativos.

O desenvolvimento do aluno, ainda de acordo com Ribeiro (2009), pode ser favorecido pelo contexto escolar e pelas experiências sociais, já que ambos os fatores têm reflexos na linguagem do sujeito. Nesse ínterim, ressalta a autora, que “[...] é necessário não somente que a escola reconheça capacidades argumentativas que os alunos trazem em sua bagagem cultural, mas inclua em seus propósitos educativos o aprimoramento dessas capacidades” (Ribeiro, 2009,

p. 57). O papel da escola é fazer com que os discentes tenham capacidade de argumentar consistentemente nos mais diversos gêneros e interações, lançar estratégias, visando procedimentos metodológicos e pedagógicos que desenvolvam e aprimoram as habilidades argumentativas dos alunos.

Dessa forma, o trabalho com o ensino de argumentação na escola deve estar sempre vinculado ao contexto social e histórico em que os alunos estão inseridos, de modo que possam compreender a importância e a utilidade da habilidade argumentativa para a participação cidadã e o exercício da democracia. Assim, o objetivo é que os alunos sejam capazes de transformar a realidade em que vivem por meio do desenvolvimento de habilidades comunicativas críticas e eficazes.

Entretanto, o ensino da argumentação não pode se restringir apenas a apresentar aos alunos um conjunto de técnicas e tipos de argumentos, mas sim de oferecer um ambiente em que a reflexão crítica e a troca de ideias possam ocorrer de maneira produtiva e construtiva. Essa oferta deve acontecer na escola, de modo sistematizado, o que exigirá dos professores uma prática pedagógica que possa conciliar a aprendizagem da argumentação. Logo, espera-se que “[...] as atividades escolares, planejadas pelos professores, através de ações didáticas propiciem a aquisição do conhecimento sobre os discursos argumentativos e as operações de linguagem as quais estes se relacionam” (Ribeiro, 2009 p. 18). Tais ações podem envolver uma metodologia capaz de conectar alunos a atividades envolvendo a argumentação, inclusive em interações polêmicas.

Silva (2012, p. 55) reforça o entendimento de que “o foco está no aprender argumentar e não no argumentar para aprender.” Nessa direção, afirma que essa constatação sobre a argumentação em sala “[...] tem desafiado professores a planejarem ambientes ou situações educacionais que possibilitem o desenvolvimento de competências argumentativas essenciais para a formação dos indivíduos.” (SILVA, 2012, p. 55).

Ao propor situações-problema e estimular os alunos a tomarem posição e planejarem suas reações, a escola está criando um espaço em que os estudantes podem experimentar diferentes abordagens e explorar as consequências de suas escolhas. As situações podem ser diversas, podendo ser distinguidas, conforme Leitão (2011), em planejadas e espontâneas. As situações planejadas são definidas quando “o surgimento da argumentação depende da criação deliberada de situações de reflexão sobre tópicos curriculares, a partir do planejamento de atividades cuja execução exija dos alunos engajamento em argumentação.” (Silva, 2012, p. 61). Já nas situações espontâneas, “o surgimento da argumentação decorre do imprevisto da sala de

aula, ou seja, são geradas a partir de oportunidades não criadas deliberadamente para o trabalho com a argumentação.” (Silva, 2012, p. 61). A escola precisa considerar essas duas possibilidades de situações e ofertar possibilidades para que os alunos, quando se depararem com circunstâncias assim, tenham sua aprendizagem potencializada.

A argumentação e a polêmica nos documentos oficiais

Essa reflexão nos orienta a um aprofundamento das diretrizes e apontamentos preparados pelos marcos e documentos legais que regem a educação brasileira acerca do currículo e da ação docente. Esses documentos basilares norteiam e apresentam o percurso pedagógico que deve ser desenvolvido pelos professores visando a aquisição de competências e habilidades dos alunos. Para isso, indagamo-nos, então, o que dizem os documentos oficiais a respeito do ensino da argumentação e da polêmica?

Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o atual documento que normatiza as aprendizagens esperadas pelos alunos brasileiros no decorrer da Educação Básica. Elaborada a partir de diversos outros documentos que regulam a educação no Brasil, e homologada em dezembro de 2017, o objetivo principal da BNCC é “[...] assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez Competências Gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (Brasil, 2017, p. 8). A argumentação encontra-se presente neste documento como um objeto de aprendizagem fundamental para a formação dos alunos, sendo, pois, uma das aprendizagens essenciais a serem trabalhadas ao longo de toda a Educação Básica.

Relativamente ao ensino de argumentação, o documento propõe que este deve ocorrer em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Língua Portuguesa enquanto componente curricular, bem como a grande área de conhecimento Linguagens e suas tecnologias. Em suas competências gerais, notadamente o objetivo da competência geral 7, explicita que os alunos devem saber “[...] argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns [...]” (BRASIL, 2017, p. 9).

Tal objetivo indica que o ensino da argumentação tem como foco principal desenvolver as habilidades necessárias para que o estudante possa usar a linguagem de forma competente em diversos contextos, a fim de defender suas ideias, negociar procedimentos, alcançar consensos e tomar decisões em conjunto. Isso significa que, ao desenvolver habilidades de argumentação, os estudantes podem se tornar mais capazes de se comunicar de maneira clara e persuasiva, expressar seus pontos de vista com confiança e compreender melhor os pontos de vista de outras pessoas. Essas habilidades podem ser muito importantes quando as pessoas, convivendo em sociedades democráticas, precisam se articular para resolver problemas complexos ou tomar decisões coletivas importantes. Além disso, essa competência sugere que a argumentação pode ajudar os estudantes a se tornarem mais críticos e reflexivos em relação a informações e argumentos que encontram em sua vida cotidiana, o que é uma habilidade valiosa em qualquer campo de atuação.

A integração desses conhecimentos e o desenvolvimento dessa competência, em consonância com a BNCC, pode ocorrer colaborativamente, em situações de trabalho pedagógico variadas, baseando-se nos interesses dos alunos, de forma a contribuir com seu protagonismo. A própria BNCC apresenta possibilidades e/ou sugestões didáticas de trabalho, como laboratórios, oficinas, clubes, observatórios, incubadoras, núcleos de estudos e núcleos de criação artística. Tais estratégias constituem situações de aprendizagem planejadas, e devem estar voltadas para a integração dos conhecimentos, como condição de atrelar valores e sentidos aos conteúdos estudados na escola.

Além disso, na BNCC, são definidas competências específicas para cada área do conhecimento, que também orientam a construção dos itinerários formativos⁴ relativos a tais organizações do conhecimento. A área de Linguagens e suas Tecnologias é composta pelos componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. Tanto a área como os componentes têm suas competências específicas e cada competência reúne habilidades que se referem às especificidades dos estudantes dessa etapa de ensino e são desenvolvidas dando prioridade aos cinco campos de atuação social: campo da vida pessoal, campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico-midiático, campo de atuação na vida pública e campo artístico.

⁴ Os itinerários formativos referem-se a uma variedade de opções educacionais disponíveis para os estudantes no ensino médio. Estas opções podem incluir disciplinas, projetos, oficinas, grupos de estudo e outras formas de atividades, concentrados nas diversas áreas do conhecimento e os estudantes têm a liberdade de escolher entre esses itinerários.

Cada competência específica da área de Linguagens e suas Tecnologias são relacionadas a habilidades que devem ser alcançadas em cada etapa de ensino. Analisamos aqui, entre as 7 Competências específicas da área, quais delas tratam de habilidades⁵ relacionadas tanto à argumentação, quanto ao ensino de questões ou interações polêmicas e, se o fazem, quais propostas sugerem esses documentos.

Dentre as competências dessa área, a Competência 1 merece destaque em nossa revisão, ao sugerir que o estudante deve “*compreender o funcionamento das diferentes linguagens (...)*” (BRASIL, 2017, p. 483). Com isso, infere-se uma competência do aluno em ter participação ativa em diversos campos de atuação social, com participação crítica na sociedade. Embora não ressalte diretamente considerações sobre argumentação, sabemos que a argumentação é concretizada nas diferentes formas de linguagens como modo de produção de sentidos. Das habilidades esperadas nesta competência, a habilidade EM13LGG102 aponta para as funções sociais que a polêmica exerce em sociedades democráticas, como sugerido por Amossy (2017). Isto porque, tal habilidade objetiva “*Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias como forma de ampliar suas possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade*” (Brasil, 2017, p. 483)

Se, para a autora, a polêmica, enquanto modalidade argumentativa do discurso, é a arte da refutação, ela também é “rica de ensinamentos, na medida em que revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público” (Amossy, 2017, p. 49). Desse modo, tal habilidade visa dar condição ao aluno para ampliar as possibilidades de exprimir crítica à sua realidade o que pode contribuir para usar “a polêmica como estratégia de posicionamento” (Amossy, 2014, p. 2010).

Outra competência da área de Linguagens pertinente aos estudos da polêmica é a Competência 2, que sugere uma compreensão a respeito dos processos identitários, dando ênfase ao entendimento sobre os conflitos e as relações de poder permeados nas ideias plurais, nas diversas manifestações de linguagem. Na competência, espera-se que o estudante do Ensino Médio seja capaz de “*atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na*

⁵ As habilidades⁵ da Base Nacional Comum Curricular funcionam como descritores das estratégias metodológicas que os professores tomarão como norteadores. Cada habilidade é identificada, na BNCC, com um código alfanumérico. A combinação é composta de duas letras iniciais indicando o nível de ensino (EM – ENSINO MÉDIO), na sequência, números referindo-se às séries (13 – 1ª a 3ª série), depois, letras indicando a área ou o componente curricular (LGG – Linguagens; LP – Língua Portuguesa), por último, números identificando a sequência do registro da habilidade no documento. Nessa numeração, não há hierarquia estabelecida entre as habilidades.

democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.” (Brasil, 2017, p. 481-482).

Das habilidades relativas a essa competência, destacamos a habilidade EM13LGG204: *“Negociar sentidos e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.”* (Brasil, 2017, p. 484). É preciso dar ênfase aos valores de equidade da democracia e a intenção de que o trabalho deve estar voltado para “negociar sentidos e produzir entendimento mútuo”. A negociação de sentidos sempre envolve, de alguma maneira, o conflito, assim, a polêmica, muitas vezes considerado como “inevitável e construtivo” (Amossy, 2017, p. 205) em uma sociedade democrática em que várias vozes são ouvidas, mesmo que não haja interesses em comum. Mesmo que a polêmica não vise o consenso, a perspectiva de argumentação modular supõe que só se alcança o consenso, quando se parte do dissenso. Logo, o trabalho com questões polêmicas é crucial para que essa habilidade seja alcançada.

A Competência 3 trata sobre o uso de diferentes linguagens e traz um direcionamento voltado para a defesa de pontos de vista, conforme vemos a seguir:

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (Brasil, 2017, p. 481-482).

Essa competência específica visa proporcionar aos alunos recursos que promovam sua autonomia. Ela leva-nos a uma relação com argumentação, pelo vínculo que se estabelece entre a defesa de ponto de vista e o uso crítico das linguagens. Assim, espera-se, nessa competência 3, que os estudantes aprendam a se posicionar diante das questões da sociedade. Além disso, essa competência se entrelaça a uma das possíveis funções sociais da polêmica, que é “a estratégia de posicionamento” (Amossy, 2017, p. 214).

Das habilidades descritas nesta competência, selecionamos duas que seguem o fio discursivo da argumentação e da modalidade argumentativa polêmica, por envolver posicionamento crítico, assim como abordar explicitamente o debate com questões polêmicas. Na habilidade EM13LGG302, “compreender e posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus

contextos de produção e de circulação” (Brasil, 2017, p. 485). Isso implica que os alunos mobilizem estratégias argumentativas para considerar os contextos de produção e efetivar a argumentação nos discursos.

Já na habilidade EM13LGG303, a grande atenção recai sobre “*debater questões polêmicas de relevância social*”, com grande ênfase nos processos argumentativas de que os alunos precisam se apropriar:

(EM13LGG303) Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões manifestados, para negociar e sustentar posições, formular propostas, e intervir e tomar decisões democraticamente sustentadas, que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global (Brasil, 2017, p. 485).

É precisamente aqui que a BNCC propõe um trabalho que vai ao encontro das discussões sobre a modalidade argumentativa polêmica. Nessa habilidade, a BNCC deixa explícito que é preciso capacitar o aluno para discutir tópicos controversos que tenham relevância social, avaliando diferentes pontos de vista e argumentos apresentados. Em sociedade, todos precisam negociar e defender posições, tomar decisões e elaborar sugestões com base nos princípios democráticos voltados ao interesse público, aos Direitos Humanos, bem como à consciência socioambiental e ao consumo responsável em âmbito local, regional e global.

Esse tópico da BNCC é de grande relevância para nossa discussão, uma vez que estimula o desenvolvimento da capacidade crítica e argumentativa dos indivíduos, permitindo que eles analisem e compreendam melhor questões polêmicas e complexas que afetem a sociedade como um todo. Para além disso, é notório que, ao discutir diferentes pontos de vista e avaliar argumentos apresentados, espera-se que os estudantes sejam capazes de compreender as perspectivas de outras pessoas e aprender a lidar com diferenças de opinião de forma respeitosa e democrática.

Entendemos, desse modo, que as competências e as habilidades da área Linguagens, expostas na BNCC, preocupam-se com os princípios democráticos, assim como dispõe Amossy (2017) ao tratar da importância de gerir o desacordo em democracia. Sabendo disso, é indispensável aos estudantes ter competência para negociar e defender posições, formular sugestões e tomar decisões com base em princípios democráticos, com isso, os indivíduos são incentivados a buscar soluções que levem em conta o bem comum, essencial para o desenvolvimento de indivíduos com voz e participação ativa nas decisões de suas vidas.

Em relação ao componente curricular Língua Portuguesa (LP), variadas habilidades mencionam a argumentação direta ou indiretamente como foco de ensino no Ensino Médio. Cada habilidade está distribuída dentro dos campos de atuação priorizados pela BNCC. Os campos priorizados no documento são cinco, podendo cada habilidade estar presente em mais de um campo, como também as habilidades contemplarem a todos os campos de atuação. Selecionamos as habilidades do componente Língua Portuguesa que estão mais voltadas para a atuação em sala de aula, contemplando o ensino da argumentação e uma abordagem relativa à polêmica.

A primeira habilidade destacada, a EM13LP05, volta-se à análise de textos argumentativos, por ser fundamental para que os estudantes possam se tornar cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar de debates e discussões de modo informado e embasado. Ao analisar os posicionamentos assumidos, movimentos argumentativos e os argumentos utilizados, os estudantes desenvolvem a capacidade de identificar e compreender diferentes pontos de vista, além de avaliar a validade e a eficácia dos argumentos apresentados.

Essa habilidade já mostra uma conexão com a seguinte, a EM13LP24, envolvida no campo de atuação na vida pública. Enfatiza que a “*apresentação de propostas e defesas de opiniões, usando estratégias linguísticas típicas de negociação e de apoio e/ou de consideração do discurso do outro*” (Brasil, 2018, p. 505) ajuda os estudantes a construir suas próprias opiniões de forma fundamentada e a comunicá-las de maneira clara e persuasiva, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários para sustentar seus argumentos.

O mesmo destaque vai se prevalecer quanto às duas habilidades do campo jornalístico-midiático: EM13LP36, que objetiva “ampliar o repertório de escolhas possíveis de fontes de informação e opinião, reconhecendo o papel da mídia plural para a consolidação da democracia” e EM13LP44, com o objetivo de “analisar, discutir, produzir e socializar, tendo em vista temas e acontecimentos de interesse local ou global”. São duas habilidades que buscam fortalecer o poder argumentativo dos alunos por meio dos trabalhos com gêneros diversos. Essa constatação nos remota à Amossy (2017), que afirma que a polêmica não se limita a um gênero discursivo específico, pois a modalidade argumentativa polêmica atravessa os gêneros.

A habilidade de analisar textos argumentativos é fundamental para que os estudantes possam se tornar cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar de debates e discussões de forma informada e embasada. Ao analisar os posicionamentos assumidos, movimentos argumentativos e argumentos utilizados em textos argumentativos, os estudantes desenvolvem a capacidade de identificar e compreender diferentes pontos de vista, além de avaliar a validade

e eficácia dos argumentos apresentados. Essa habilidade também ajuda os estudantes a construir suas próprias opiniões de forma fundamentada e a comunicá-las de maneira clara e persuasiva, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários para sustentar seus argumentos.

Por fim, a habilidade de analisar textos argumentativos também é importante para o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes, ajudando-os a compreender as diversas estratégias retóricas utilizadas na construção de argumentos e a aplicá-las em suas próprias produções textuais. O professor de língua portuguesa pode explorar essas habilidades de diferentes formas na escola, como selecionar para leitura e análise textos argumentativos com questões relevantes na sociedade e atuais para a sala de aula, promover debates e discussões em sala de aula como incentivo aos estudantes para se posicionarem diante das questões discutidas e a apresentarem argumentos para sustentar seus pontos de vista, além do trabalho com a produção textual argumentativa.

Consideramos que a habilidade de analisar textos argumentativos apresentada nas habilidades do componente LP da BNCC está intimamente relacionada com a ideia de polêmica e sua função social em sociedades plurais e democráticas. Afinal, ao ensinar aos estudantes como analisar os argumentos presentes em textos polêmicos e como posicionar-se diante das questões discutidas, o professor de língua portuguesa está contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar de debates e discussões de forma informada e embasada. Além disso, ao promover debates e discussões em sala de aula, o professor estará criando um espaço de diálogo e reflexão onde os estudantes possam exercitar a tolerância, a escuta ativa e o respeito às diferentes opiniões, habilidades fundamentais em uma sociedade plural e democrática.

Nesse sentido, o trabalho do professor de língua portuguesa é fundamental para o desenvolvimento de habilidades argumentativas e críticas nos estudantes, contribuindo para formação de indivíduos capazes de participar ativamente da vida em sociedade e contribuir para a construção de um ambiente plural e democrático. A esse respeito, o documento ainda enfatiza que: “[...] a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.” (Brasil, 2017, p. 62). Decerto, o processo de reflexão sobre o que se deseja para o futuro e de planejamento para alcançar esses objetivos é uma oportunidade valiosa de desenvolvimento pessoal e social para

os jovens. Ao refletir sobre suas aspirações e definir metas claras, os jovens podem desenvolver habilidades como a autoconsciência, a capacidade de tomar decisões e a perseverança.

Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar

O Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar é resultado de um esforço conjunto, promovido pela Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC-RN), por meio de discussões, estudos e reflexões sobre o currículo e a prática docente da educação no Rio Grande do Norte. A proposta é recente, de 2021, e se baseia em fundamentos e concepções de uma educação democrática, integral e inclusiva para a região e busca sempre pontos de convergência possíveis com as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. O processo de construção deste Referencial levou em conta a elaboração da BNCC, iniciado em 2016, e a Reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei nº 13.415/2017, mas não se limitou a seguir totalmente estas orientações.

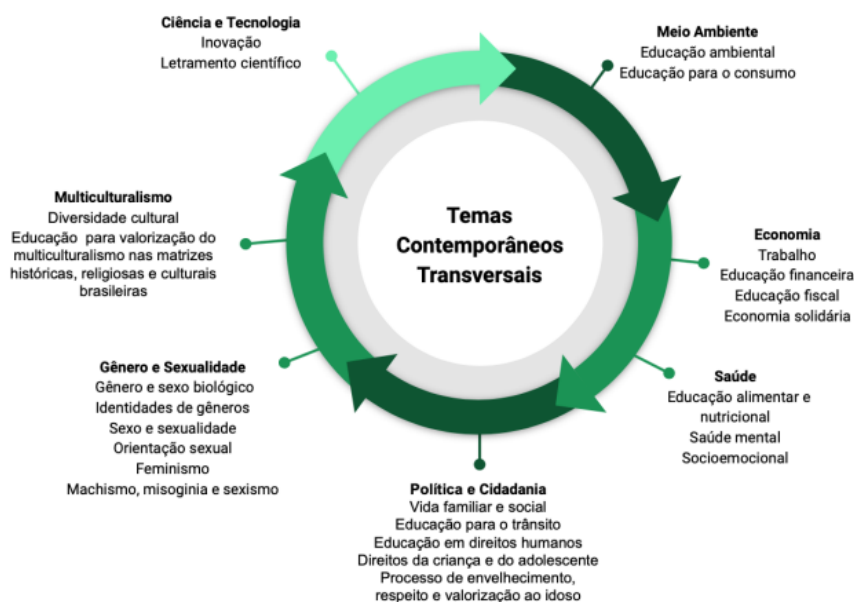
No Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar, a argumentação, como na BNCC, também é destacada como uma das habilidades a serem desenvolvidas em diferentes componentes curriculares, tais como Língua Portuguesa, Geografia, História e Sociologia. O Referencial destaca a importância de os estudantes aprenderem a avaliar a qualidade dos argumentos presentes em diferentes fontes, tais como textos jornalísticos, discursos políticos e manifestações artísticas. Nos dedicamos aqui à busca pelas menções e discussões que o referencial traz acerca tanto do ensino da argumentação, como também do fenômeno polêmico, de acordo com o embasamento teórico que nos sustenta. Dessa forma, não repetimos tais seções que têm como base a própria BNCC, por já ter sido supramencionada anteriormente, e sim nos debruçamos no que o documento oferece de diferencial.

O relevante diferencial que identificamos neste referencial é que não se limita apenas às competências, mas também aborda os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), orientando as escolas a abordarem aspectos que afetam a vida humana em níveis local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora, em seu Projeto Político Pedagógico - PPP. Esses temas são organizados em blocos temáticos, regidos por marcos legais específicos, e consistem em questões inerentes à sociedade contemporânea que requerem reflexão e posicionamento. Tal aspecto nos abre reflexão sobre a importância de se aprofundar temáticas diversas em sala de aula como forma de munir os estudantes de estratégias e conteúdos argumentativos considerados úteis na gestão de conflitos em interações polêmicas. Isso pode

contribuir com o processo de aprendizagem, por ser de grande importância que os estudantes questionem e problematizem o conhecimento, valorizando o legado científico, cultural e artístico nas práticas educativas, compreendendo que o conhecimento tem poder emancipador.

A BNCC aponta que as escolas precisam “[...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (Brasil, 2018a, p. 19). O Referencial conserva tal destaque aos seguintes TCTs:

Figura 1 – Temas Contemporâneos Transversais - TCTs



Fonte: SUEM/SEEC (2021)

O currículo da escola deve incorporar a legislação e documentos específicos que abordem os temas atuais do ensino. Essa prática denota a importância desses temas para a sociedade contemporânea e considerando a escola como um espaço para refletir sobre problemas sociais e buscar intervenções que eduquem e conscientizem os cidadãos sobre seus direitos e deveres. Portanto, os TCTs, juntamente com os marcos legais que os regem, visam promover o interesse social na construção de uma sociedade mais justa e ética e incluir esses temas no Referencial Curricular busca contribuir para a formação da cidadania dos estudantes.

Trabalhar com os TCTs na escola possibilita formar os alunos para o debate e a mediação de conflitos em situações polêmicas. Situações polêmicas podem surgir na escola por diversos motivos, como diferenças de opiniões sobre assuntos controversos, comportamentos inadequados de alunos ou funcionários, decisões administrativas que afetam a comunidade

escolar, entre outros. É crucial que a escola promova uma cultura de respeito mútuo e diálogo, para que todos se sintam confortáveis para expressar seus pontos de vista.

O Referencial busca ampliar a atitude reflexiva dos professores e demais integrantes da equipe escolar ou comunidade escolar com um todo, oferecendo fundamentos teórico-metodológicos que subsidiem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no documento. Além disso, há a intenção de dialogar intimamente com as práticas escolares cotidianas e os contextos regionais/locais. Por isso, o Referencial deve estar ainda presente nas propostas pedagógicas das unidades escolares, nos planos de aula e no dia a dia dos espaços educativos da escola e das salas de aula.

Isso implica redirecionar o ensino para oferecer apoio adequado para superar as fragilidades no aprendizado, tanto percebidas pelos próprios estudantes quanto pelos professores. Desse modo, o próprio documento orientador do ensino no RN, além das competências e habilidades e objetos de conhecimento a serem trabalhados, apresenta propostas pedagógicas como sugestões didáticas do trabalho que pode ser desenvolvido, conforme mostramos mais à frente.

A organização das matrizes das áreas de conhecimento e dos componentes curriculares no Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar ocorre na articulação: dos eixos integradores, que são os temas comuns a todos os componentes da área; das habilidades dos componentes curriculares, específicas do Rio Grande do Norte, mas inter-relacionadas às habilidades da BNCC; dos objetos do conhecimento que enquadra conceitos, conteúdos e processos integrados à área; e sugestões didáticas que servem como exemplos de estratégias didáticas.

As habilidades dos componentes curriculares específicas do Rio Grande do Norte são estruturadas e identificadas por meio de códigos⁶ diferenciados dos códigos da BNCC, mas que seguem a mesma estrutura. Abaixo, vemos duas habilidades específicas do documento do RN, estabelecidas no eixo integrador de linguagens e suas tecnologias: linguagens e letramentos.

(RNLGPOR015) **Elaborar argumentação sustentada** na análise crítica que integra a resenha das obras. (SEEC, 2021, p. 218)

(RNLGPOR018) **Utilizar modalizadores discursivos como recursos argumentativos** que promovem aproximação ou distanciamento do produtor

⁶ A identificação das habilidades do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar segue uma estrutura de código alfanumérico. O par de letras inicial indica o estado (RN - Rio Grande do Norte); o segundo par de letras refere-se à área de conhecimento (LG - Linguagens); na sequência, vê-se um trio de letras que apresenta o componente curricular (POR - Língua Portuguesa; os últimos caracteres são números indicando a sequência numérica de cada matriz do componente. Fonte: SUEM/SEEC (2021)

do texto, em relação ao conteúdo proposicional, de acordo com a sua intencionalidade. (SEEC, 2021, p. 218 e 219)

São habilidades que os estudantes devem desenvolver em relação à argumentação, competência fundamental em diversas áreas do conhecimento e da vida cotidiana. A capacidade de elaborar argumentação sustentada na análise crítica de obras (RNLGPOR015) é uma habilidade importante para o desenvolvimento da capacidade de interpretação e análise textual, bem como para a construção de posicionamentos e debates argumentativos. Já na habilidade de usar modalizadores discursivos como recursos argumentativos (RNLGPOR018) é uma estratégia linguística que pode ajudar estudantes a estabelecer uma relação com o conteúdo que estão apresentando, a depender das intenções e dos propósitos argumentativos.

Amossy (2017) destaca a importância da argumentação e da polêmica na construção de identidades e posicionamentos individuais e coletivos. A argumentação é vista como um processo de negociação de sentidos, que envolve a análise crítica de diferentes perspectivas e a construção de argumentos sustentados e persuasivos. Tal pensamento nos encaminha a considerar que as habilidades apresentadas nos trechos do Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar focalizam, de alguma maneira, a importância da argumentação e da polêmica na construção de identidades e posições argumentativas.

Mais uma habilidade que é encontrada dentro da matriz do componente Língua Portuguesa no eixo integrador de linguagens e suas tecnologias: linguagens e interação é a habilidade RNLGPOR031:

(RNLGPOR031) Analisar em artigos de opinião a estrutura de sua composição e estilo, observando os posicionamentos assumidos, os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se **diante da polêmica pública ou da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados/visada argumentativa, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.** (SEEC, 2021, p. 231).

Esta habilidade prioriza a análise de gêneros como o artigo de opinião com o foco voltado para a composição e o estilo. É aqui também que consideramos um ponto substancial para se ancorar e realizar um trabalho com as questões polêmicas na escola, por direcionar a orientação para o posicionamento diante de uma polêmica pública. Esta habilidade se alinha ao trabalho com a modalidade argumentativa polêmica, embora saibamos que a polêmica não se limita a um gênero específico. Na verdade, a polêmica atravessa os gêneros do discurso, sendo assim um fenômeno que pode ocorrer na interação discursiva.

Um diferencial do Referencial Potiguar é a presença de sugestões didático-pedagógicas, o que nos traz a luz possibilidades de trabalho que podem e devem, uma vez que se trata de documento orientador, ser desenvolvidas em sala de aula. Nesse entendimento, como sugestão de atividade, destacamos, como forma de exemplificação, aquelas que se encaixam na matriz do componente língua portuguesa, no eixo integrador de linguagens e suas tecnologias: linguagens e interação. A primeira sugestão é

1 - “Providenciar para que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar em situações de fala pública regrada, utilizando-se de estratégias linguísticas adequadas, de forma fundamentada e ética, focando numa atuação democrática e de respeito aos direitos humanos.” (SEEC, 2021, p. 233)

Essa é uma proposta de atividade importante para o desenvolvimento da capacidade de comunicação oral dos estudantes, pois sugere que eles sejam incentivados a terem posicionamento conforme as situações de fala pública. Essa atividade pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades de argumentação, persuasão e comunicação, sobretudo orais, que são fundamentais em diversas áreas da vida.

Nessa mesma esteira, a segunda proposta é:

2 - “Solicitar aos estudantes que pesquisem, na internet, vídeos de assembleias e debates, observando o posicionamento dos participantes/debatedores, a solicitação de esclarecimento/ detalhamento, as referências diretas ou as retomadas das falas do oponente, o uso da gestualidade, o uso da paráfrase para endossar, enfatizar, complementar ou enfraquecer a fala do outro etc., a fim de que possam se apropriar das formas de atuar linguisticamente em situações de fala pública regrada.” (SEEC, 2021, p. 234)

Esta é uma sugestão de atividade de pesquisa na *internet* de vídeos de assembleias e debates que levam os estudantes a observarem e aprenderem sobre formas de atuação linguística em situações de fala pública regrada. O uso de recursos audiovisuais pode ser uma maneira interessante de ensinar sobre a linguagem corporal, a gestualidade, a paráfrase e outras estratégias utilizadas na comunicação oral em debates e assembleias.

Uma terceira sugestão de atividades que destacamos é 3 - “Promover debate sobre tema polêmico exercitando a construção de argumentos e a réplica.” (SEEC, 2021, p. 239). Tal atividade de promover um debate sobre um tema polêmico exercitando a construção de argumentos e a réplica é uma excelente sugestão, pois permite que os estudantes desenvolvam habilidades de argumentação e de escuta ativa. Essa atividade pode ajudá-los a compreender

diferentes perspectivas sobre um tema e a construir argumentos fundamentados e bem estruturados.

Uma sugestão de atividade contida no Referencial Potiguar que é muito voltada para as questões polêmicas, é:

4 - "Discutir a forma de composição e o estilo do artigo de opinião: definição e análise da questão polêmica; assumir posição sobre a polêmica; apresentar pelo menos três argumentos em favor da posição assumida; contra-argumentar a posição contrária; concluir reafirmando sua posição e, eventualmente, apresentando soluções." (SEEC, 2021, p. 239)

Nesta a atividade de discutir a forma de composição e o estilo do artigo de opinião é importante para o desenvolvimento da habilidade de escrita argumentativa dos estudantes. Ainda que já tenhamos apontado que outros gêneros podem e devem ser enfocados como possibilidade de uso em interação polêmica, essa atividade sugere a definição e análise da questão polêmica, a posição assumida, apresentação de argumentos, contra-argumentação da posição contrária e conclusão reafirmando a posição. Não obstante a reincidência nos documentos referentes ao trabalho com o gênero artigo de opinião, fato é que pode ser uma excelente forma de ajudar os estudantes a compreenderem a estrutura de um texto argumentativo e a construir seus próprios argumentos de maneira fundamentada e coerente.

Em resumo, os documentos oficiais que orientam a Educação Brasileira, como BNCC e o Referencial Potiguar, apresentam diversas abordagens para o ensino da argumentação aos alunos do Ensino Médio. No entanto, é importante ressaltar que a polêmica ainda é pouco explorada nesses documentos. Apesar de ser mencionada, os professores precisam adaptar as estruturas discursivas polêmicas que circulam na sociedade para formar seus alunos com habilidades reais de argumentação, gestão e mediação de conflitos. Ainda há lacunas a serem preenchidas, como o fato de somente o documento do Rio Grande do Norte apresentar uma menção mais enfática sobre questões polêmicas sem vistas de acordo, acompanhado de sugestões didáticas para desenvolver esse trabalho em sala de aula.

A análise crítica dos documentos oficiais que regem a educação no Brasil é fundamental para identificar possíveis lacunas no ensino da argumentação no nível médio. Embora esses documentos ofereçam diretrizes para o desenvolvimento de habilidades discursivas nos alunos, é importante destacar que a habilidade de argumentação é uma competência complexa e multifacetada, que requer um conjunto de habilidades e conhecimentos que vão além das orientações apresentadas pelos documentos.

Em particular, a habilidade de argumentação em situações polêmicas é uma competência cada vez mais necessária em nossa sociedade, uma vez que o diálogo e o respeito às opiniões divergentes são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e plural. No entanto, é preciso reconhecer que a abordagem dessas situações polêmicas ainda é insuficiente nos documentos oficiais. Nesse sentido, é fundamental que os professores desenvolvam atividades pedagógicas que possibilitem aos alunos a prática da argumentação em situações polêmicas, de forma ética e fundamentada. Além disso, é preciso fomentar a pesquisa e a reflexão sobre as diferentes formas de argumentação, incluindo o reconhecimento de diferentes estratégias linguísticas utilizadas pelos falantes em situações polêmicas.

Portanto, se a argumentação é um tema presente nos documentos educacionais brasileiros, sendo considerada uma habilidade fundamental para o desenvolvimento da cidadania crítica e participativa, os estudantes devem ser capazes de analisar e produzir argumentos de forma clara, coerente e persuasiva, além de avaliar a qualidade dos argumentos presentes em diferentes fontes e contextos. Logo, é de suma importância que o ensino da argumentação e o trabalho com questões e interações polêmicas sejam tratados de forma mais aprofundada nos documentos oficiais, a fim de que os professores possam dispor de orientações mais precisas para o desenvolvimento dessa habilidade nos alunos.

Algumas considerações de análise

A modalidade argumentativa polêmica, caracterizada pelo embate entre duas posições opostas em relação a um determinado tema, tem como objetivo persuadir o público a adotar a posição do locutor e a rejeitar a posição contrária. É importante ressaltar que a polêmica não se limita ao uso da retórica, mas envolve também o uso de estratégias discursivas, tais como a escolha de palavras e a organização do discurso. De acordo com Amossy (2008), a polêmica é marcada pelo embate e pela defesa de uma posição, enquanto a mediação busca encontrar uma solução conciliatória para um conflito. No entanto, a autora argumenta que a polêmica pode ser utilizada como uma estratégia para a mediação de conflitos, uma vez que a polarização de ideias pode abrir espaço para o diálogo e a negociação entre as partes.

Nesse sentido, a autora destaca a importância da linguagem utilizada na mediação de conflitos, que deve ser clara, objetiva e capaz de estabelecer uma comunicação eficaz entre as partes envolvidas. Além disso, a mediação requer uma postura ética e imparcial do mediador, que deve ser capaz de compreender os pontos de vista das partes e auxiliá-las na busca por uma

solução pacífica e consensual. Ou seja, embora a modalidade argumentativa polêmica e a mediação de conflitos possuam características distintas, a utilização da polêmica como uma estratégia para a mediação pode ser benéfica, desde que seja realizada de forma ética e imparcial, buscando sempre a conciliação entre as partes envolvidas.

É válido reafirmamos que a polêmica se desenvolve sobre questões da atualidade, o que exige das professoras e dos professores atualização e posicionamentos diante dos debates nacionais e internacionais de interesse público. Além disso, discutir e estudar o funcionamento da polêmica tanto é importante para a formação social e crítica dos discentes, como está ligado à necessidade de desenvolvimento da capacidade argumentativa tão presente nas atividades das aulas de língua portuguesa.

Levando em conta essas ocorrências, é preciso observar como a escola tem enfrentado as polêmicas advindas das diversas áreas do conhecimento e dos variados espaços sociais. No geral, a escola demonstra carência de estratégias que deem condições aos professores para trabalharem conteúdos dotados de olhares diferenciados, essencialmente polêmicos. A escola, sabendo que temas polêmicos costumam causar desconforto e até mesmo insegurança e aflição por parte de educadores, procuram estratégias que visem o acordo, mas que não explorem o confronto de ideias. Ao contrário disso, estimulam que os alunos identifiquem que alguns temas não devem ser aprofundados, que algumas questões não se discutem ou até mesmo uma discussão com estratégias que busquem um consenso, um acordo, embora saibamos que muitas questões polêmicas são tão acirradas que não chegam ao nível de acordo. Logo, entendemos que acontece uma abordagem superficial das questões polêmicas.

Tendo em vista que os estudos em torno da linguagem, apresentados inclusive por documentos oficiais como a BNCC (2018) e o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar (2021) versam sobre as relações sociais, discursivas e responsivas da linguagem, essa pesquisa também pode se apresentar como mais uma extensão acadêmica acerca dos estudos da linguagem.

Diante disso, vê-se uma necessidade de estratégias inovadoras, flexíveis, que permitam criar para o conhecimento “possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 12). É preciso pensar criticamente e de maneira criativa, porque ensinar não se limita a somente tratar do objeto de conhecimento. Isso remete à superficialidade e vai de encontro ao pensamento de que “aprender criticamente é possível”. Para que assim seja, é indispensável a presença de professores e alunos que sejam curiosos, criativos e que persistam em serem “reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado” (Freire, 1996, p. 13).

Referências

- ABREU, A. S. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AMOSSY, Ruth. **A apologia da polêmica**. São Paulo: Editora Contexto. 2017.
- AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, Sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 119-144.
- AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 01. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: Língua Portuguesa no Ensino Fundamental – anos finais**. Brasília: MEC, 2018.
- BRITO, Mariza Angélica Paiva; SILVA, Ananias Agostinho da; FARIA, Maria da Graça dos Santos. A complexidade textual na dinâmica argumentativa. **Revista Investigações**, Recife/PE, v. 33, Nº especial, Texto: gêneros, interação e argumentação - III Workshop de Linguística Textual, p. 27 - 44, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996.
- LEITÃO, S. O lugar da argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: LEITÃO, S.; DAMIANOVIC, M.C. (Orgs.) **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011
- PLANTIN, C. **A argumentação: História, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- RIBEIRO, R. M. **A construção da argumentação oral em contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RIO GRANDE DO NORTE. SEEC - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. **Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar**. Natal, 2021. Disponível em: <
<http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC000000000278463.PDF>> Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, Ananias Agostinho da. **A argumentação em textos escritos por crianças em fase inicial do Ensino Fundamental**. 132 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Letras (PPGL). Pau dos Ferros: UERN, 2012.

SILVA, Ananias Agostinho da; BRITO, Mariza Angélica Paiva. (2022). Referenciação e valores em textos polêmicos. **Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação**, 22(1), 38-60. <https://doi.org/10.47369/eidea-22-1-3326> Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3326/2241>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267